


A DIMENSÃO MORAL DA ESCOLA NOVA: FARIA DE VASCONCELOS E AS IMPLICAÇÕES ÉTICAS DO SELF-GOVERNMENT*

Carlota Boto**

 <https://orcid.org/0000-0002-7389-2391>

Como citar este artigo: BOTO, C. A dimensão moral da Escola Nova: Faria de Vasconcelos e as implicações éticas do *self-government*. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 1-10, jan./abr. 2025. DOI: <https://doi.org/10.5935/1980-6914/eLETOL17668>

Submissão: 14 de janeiro de 2025. **Aceite:** 13 de março de 2025.

Resumo: O presente ensaio debruça-se sobre alguns escritos pedagógicos de Antônio de Sena Faria de Vasconcelos (1880-1939), um dos principais representantes da Escola Nova em Portugal. O objetivo do artigo é compreender o que seria uma escola justa na concepção de Faria de Vasconcelos. A hipótese que a pesquisa procura comprovar, mediante a análise das obras do autor, é a de que o princípio do *self-government* tinha, para Faria de Vasconcelos, um significado moral, posto que desenvolveria não apenas o autodomínio, mas, fundamentalmente, a autonomia da vontade do sujeito. Sendo assim, a defesa da escola ativa correspondia, para esse expoente da educação nova em Portugal, à obtenção dos requisitos necessários para a composição da escola justa.

Palavras-chave: *Self-government*. Escola Nova. Faria de Vasconcelos. História da educação. Cultura escolar.

* O presente texto foi elaborado no âmbito do Projeto Temático da Fapesp, intitulado "Saberes e práticas em fronteiras: por uma história transnacional da educação (1810-...)", e da Bolsa Produtividade do CNPq.

** Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil. E-mail: reisboto@usp.br

■ O tema da inovação pretendida pela Escola Nova tem intrigado os estudos de história da educação. A pretensa marca de ruptura que estava posta nos arautos do movimento tem sido reiterada pela historiografia. Entretanto, há que se problematizar essa chave da inovação e da reconstrução da escola. Existe uma cultura escolar expressa naquilo que a Escola Nova convencionou chamar de ensino tradicional. Existe um ritual escolar que se pretendia desmontar. A grande questão é que muitas das observações postas no discurso dos protagonistas da Escola Nova apenas reiteravam aspectos já previstos por essa cultura da escola, dando, para ele, entretanto, um novo colorido. Tratava-se de conferir continuidade à institucionalização da figura da escola, marcando, em relação a ela, algumas descontinuidades: a escola existente era injusta com os alunos. A juventude vivia constrangida, sujeita a métodos autoritários e constritivos, que pouco observavam os avanços da psicologia do desenvolvimento de então.

Parecia imprescindível passar a lidar com essa criança como sujeito de direitos. Tal dimensão exigia alterações significativas no ritual escolar. Porém, isso não significava a recusa de toda a tradição. A grande questão colocada para os analistas da Escola Nova era exatamente a de verificar onde se situam as continuidades entre o tradicional e o novo, e onde estariam as quebras. O que não se deve fazer é assumir o discurso manifesto dos teóricos da Escola Nova como a única interpretação existente sobre as realidades das escolas por eles dirigidas ou preconizadas. No caso de Faria de Vasconcelos, eram as duas coisas: ele dirigiu uma escola e discorreu sobre a escolarização.

Antônio de Sena Faria de Vasconcelos (1880-1939) foi um educador português que tem sido caracterizado pela literatura pedagógica como um dos expoentes da Escola Nova em Portugal. Destacou-se por sua atuação na cadeira de Psicologia e Pedagogia da Universidade Nova de Bruxelas e por ter fundado uma escola em Bierges-Les-Wavre, experiência que ficou eternizada em seus escritos, especialmente em *Uma escola nova na Bélgica*, publicado em 1915. Depois do início da Primeira Guerra Mundial, ele se dirigirá para Genebra, passando a integrar a equipe que compunha na época o Instituto Jean-Jacques Rousseau, onde teria contato com Claparède, Ferrière e Bovet. Depois ele irá a Cuba e à Bolívia, onde terá atuação significativa nos respectivos sistemas de ensino. Fará por essa época muitas conferências sobre educação na América do Sul. Faria de Vasconcelos defende a tese do *self-government*, equivalente à república escolar de Makarenko, onde as próprias crianças elegeriam seus líderes e representantes, e onde a escola se pudesse tornar efetivamente a miniatura de uma sociedade pautada pela democracia direta.

Faria de Vasconcelos, como muitos dos integrantes da Escola Nova, acreditava na cientificidade da matéria pedagógica, ancorando-se na psicologia do desenvolvimento. O educador português enfatiza que o trabalho com as crianças deveria centrar-se no método científico, no alargamento de um espírito crítico, no primado de uma metodologia ativa, capaz de favorecer a autonomia dos educandos, calcada esta sobre a atividade espontânea e sobre o estímulo constante do interesse dos alunos. Por ser assim, pode-se dizer que o pensamento de Faria de Vasconcelos conceberá a educação física, os trabalhos manuais e os métodos ativos em consonância com um pressuposto segundo o qual o aprendizado se dará mediante o estímulo do fator biopsicológico do interesse.

O conhecimento de todo esse território caracterizaria a dimensão científica da educação. Trata-se aqui de pensar uma educação voltada para a efetividade do aprendizado. A Escola Nova, com Faria de Vasconcelos, é concebida como um laboratório de pedagogia prática, no qual os trabalhos manuais, a vida no campo, a educação física, tudo isso contribuiria para o desenvolvimento de uma cultura geral do espírito, muito além do somatório e do acúmulo de conhecimentos memorizados.

A educação integral é aqui pensada não como universo do saber enciclopédico, mas como a possibilidade de desenvolvimento pleno das potencialidades e faculdades intelectuais, físicas e morais do sujeito, em um modelo de ensino pautado por fatos e pela experiência, no qual diferentes metodologias e estratégias variadas possibilitassem uma abordagem multifacetada das matérias de estudo. Nesse modelo, portanto, o significado da emulação pedagógica se aproximaria da perspectiva de comparação dos resultados atuais do aprendizado com o trabalho anterior do próprio aluno, descartando, sob tal direção, a competição com os outros como um fator válido do aprendizado.

Pensar a acepção de escola justa na produção de Faria de Vasconcelos requer uma vistoria ampla de seus escritos, tendo em vista compreender os modos pelos quais a configuração escolar estrutura um ritual que pode vir a ser mais ou menos apropriado, mais ou menos favorável ao desenvolvimento de relações pedagógicas pautadas por critérios de serenidade e de justiça. O objetivo deste trabalho será, portanto, compreender algumas das facetas educativas dos trabalhos de Faria de Vasconcelos, voltadas para a estrutura de uma escola referenciada sob o signo da justiça. Tal intento requererá uma vistoria de sua produção; nesse caso, a produção teórica dos anos 1930. Nessa etapa de seu trabalho, Faria de Vasconcelos ponderou sobre metodologias e mobiliário escolar, articulando o cenário e o espaço da escola com as práticas previstas para nele ocorrer. Do ponto de vista metodológico, pretende-se empreender uma tarefa de interpretação dos escritos produzidos nesses referidos anos 1930, com vistas a capturar os modos pelos quais eles pontuam a dimensão da escola justa como objetivo a ser atingido mediante a configuração de práticas e de representações sobre os rituais previstos para serem exercidos na rotina da escolarização.

Uma das fontes com a qual se trabalhará aqui será a segunda edição revista do texto “Problemas escolares”. Tal edição foi preparada pelo autor em 1934 e publicada pela *Seara Nova*. Os referidos problemas da educação que integram conferências e artigos datados dos anos 1920 e do início dos anos 1930 sistematizam-se em várias temáticas abarcadas pela obra: filosofia da educação, educação física e higiene, educação manual, educação intelectual e educação artística; cada um desses tópicos será desenvolvido à luz de seus princípios, métodos, processos e organizações.

Retomando implicitamente o pensamento pedagógico de Rousseau, Faria de Vasconcelos diz que se deve preparar a criança para exercer no futuro a profissão de homem, para a qual será fundamental que haja o respeito pela dimensão da infância e da adolescência nas suas etapas específicas. Assim, nas palavras do autor: “para a pedagogia contemporânea, educar consiste em fornecer aos processos interiores a ocasião e o meio de realizar-se, em despertar e dirigir todas as atividades do educando, em pôr em ação todas as suas faculdades” (Vasconcelos, 2010, p. 7). Para Faria de Vasconcelos, os programas e os métodos da educação deveriam estar ancorados nas inclinações naturais, na mentalidade e nas necessidades psicológicas dos educandos.

Como se sabe, a Escola Nova vinculava à psicologia do desenvolvimento suas concepções sobre aprendizagem. Disso decorria a tendência a uma individualização dos métodos, dos processos de ensino, dos programas e da própria disciplina. Especifica-se aqui o que se compreende por essa educação individualizada. Trata-se de um modelo pedagógico que supõe a existência de um meio coletivo: “individualizar quer dizer adaptar a educação à maneira do ser do indivíduo, tomar em conta as suas peculiaridades e diferenças características, mas sem que a ação educativa deixe de exercer-se dentro dum ambiente social” (Vasconcelos, 2010, p. 9). Havia de se preparar o sujeito para a vida coletiva. Daí a necessidade de articular as necessidades do meio social com a importância das dimensões individuais. Aqui já estava se desenhando a preocupação do autor com o tema da escola justa.

Compreende o educador que a plasticidade da infância se expressa na imaginação criadora do indivíduo adulto, de tal maneira que a invenção artística seria a atualização de algumas das virtudes características da infância. Essa infância que se mantém em nós nos deixaria em um estado de “sentinela vigilante” (Vasconcelos, 2010, p. 13), de tal modo que, educando as crianças, poderíamos, de maneira correlata, educar a nós mesmos. Faria de Vasconcelos entende, a propósito, que existem deveres sociais para com as crianças. Haveria, nesse sentido, um significado moral na educação das novas gerações. E pensar a escola justa requeria um cuidar da infância, correspondente a um cuidar do futuro:

Ora cuidar da infância, capital da espécie, é construir para o futuro, é subordinar os interesses de momento, os prazeres imediatos, as necessidades presentes ao bem-estar da comunidade vindoura. É uma obra de vida inteligência, de proveitosa previsão, uma obra de fecunda economia e da melhor valorização de capitais, ao mesmo tempo que encerra em si um alto significado moral pelo desinteresse, pelo sacrifício e pela seriedade de propósitos e de responsabilidades que ela implica (Vasconcelos, 2010, p. 17).

Assegurar à criança seu direito à vida significava, para o autor, ser contrário ao aborto, denunciar o infanticídio, evitar o emprego prematuro das crianças em atividades laborais e facultar a todas as crianças as condições necessárias para atingir seu desenvolvimento físico e espiritual: a criança deve ser sempre protegida, dado que ela constitui o que aqui se considera um patrimônio comum da humanidade.

Daí a importância de uma educação física, que permita educar as “capacidades de atenção, de observação, de reflexão, de iniciativa, de vontade, de controle, de inibição, tão necessárias à nossa vida e sem as quais nada de fecundo, de audaz, de perseverante, de viril se pode construir” (Vasconcelos, 2010, p. 23). Além disso, o jogo e o esporte possibilitariam a canalização social de tendências agressivas. Por causa disso, horários escolares deveriam ser reservados para o desenvolvimento disso que Faria de Vasconcelos (2010, p. 27) nomeia de “cultura física”.

Tal perspectiva, no entanto, contraria o espírito que reinava nas escolas, nas quais se contemplavam unicamente atividades livrescas, de aquisição de conhecimentos letrados. Esse primado do saber erudito deixava para um segundo plano o desenvolvimento das forças, aptidões e capacidades físicas, que seriam aquelas mais necessárias. Mas o desenvolvimento dessa cultura física requeria,

por seu turno, um rigoroso controle médico, posto que seria imprescindível averiguar periodicamente as condições corpóreas do indivíduo, suas capacidades fisiológicas. Daí a necessidade da inspeção médica nas escolas.

A relação entre escola e família também é um tema enfrentado por Faria de Vasconcelos (2010, p. 40):

[...] os professores têm razão quando se queixam com tristeza de que a família ignora a escola, não se interessa pelo que nela se faz. Mas os professores esquecem-se do reverso da medalha: é que eles ignoram a família e também não se interessam pelo que nela se faz.

A interação dos vínculos familiares com a escolarização limitava-se, na época, a um conjunto de instrumentos burocráticos, papezinhos, bilhetes, avisos, e nada disso se revelava capaz de levar ao interesse da família a propósito daquilo que se passava na escola. Além do mais, a escola deveria ser firmada, desde o próprio edifício escolar, como um ambiente acolhedor, que favorecesse a vida e o aprendizado.

A escola deve ser um lar, deve ser uma casa familiar, e transformam-na num quartel imenso. A escola deve ser agradável e fazem dela o lugar predileto de aborrecimento, onde se vai como um forçado. A escola deve ser alegre, pois porfiaram em que ela fosse como uma estufa de melancolia e tristeza. Desde a escola caserna até a escola pardieiro, há todas as gradações e todos os matizes. O pior é que não existe a escola tal como deve ser, com raras e belas exceções (Vasconcelos, 2010, p. 43).

Uma escola assim constituída deveria, sobretudo, dispor de novos métodos. Seria fundamental contemplar aspectos de individualização do ensino, flexibilidade dos programas, mobilidade das classes, e tudo que pudesse favorecer a observação e a experiência. Havia de se adaptar o ambiente educativo, de modo que o mobiliário e a disposição do espaço fossem mais leves, mais práticos e mais bonitos. Com vistas a diminuir o número de alunos – o que seria indispensável para favorecer a individualização do ensino –, parecia fundamental aumentar o conjunto de professores e situar a aula em todas as partes da escola: no campo de jogos, nos jardins e nas salas de trabalhos manuais. Isso permitiria a formação do coração, do caráter e do corpo dos estudantes.

Um dos aspectos fundamentais para a reconfiguração do espaço escolar seria o de alterar os parâmetros do mobiliário, começando pelas carteiras escolares. Estas são caracterizadas pelo autor como um instrumento de tortura, pela impressão de um “ar austero, rígido, fixo e sistemático, um ar que não admite réplicas, um ar irredutível e hierático” (Vasconcelos, 2010, p. 55). Dispostas de maneira convencional, alinhadas umas com as outras, as carteiras indicariam uma fria uniformidade, que contrariaria qualquer sentido pedagógico. Era como se, pela fixidez, as crianças fossem ensinadas a retificar sempre sua posição e a abaixar a cabeça. As carteiras são, assim, caracterizadas por Faria de Vasconcelos (2010, p. 55) como instrumentos de tortura para a juventude escolar:

[...] deformam corporalmente a criança, originam atitudes viciosas e doenças – escoliose, miopia, etc. –, impõem-lhe uma imobilidade contrária à sua natureza, às suas necessidades de movimento e liberdade física, cansam-na excessivamente, barbaramente.

As carteiras escolares, sendo assim, não perfaziam nenhuma das condições necessárias do ponto de vista ergométrico. Não seriam anatômicas, não seriam educativas. O pressuposto aqui é o de que a carteira deve se adaptar ao aluno; e não o contrário: “a carteira escolar atual é a consagração dos métodos verbalistas, mecânicos e pautados exclusivamente na memorização. São carteiras impróprias para a alegria de criar e de se mover, de manipular e de construir” (Vasconcelos, 2010, p. 56).

Além disso, a educação escolar não trabalha apenas com a inculcação de ideias abstratas. Ela abarca a manipulação das coisas, as ideias concretas, das quais se desdobrarão as abstratas, o autodomínio, a energia, a precisão, a originalidade e a autoconfiança, entre outras habilidades. Não caberia cultivar apenas algumas dessas capacidades. No entanto, os programas escolares usualmente fazem isso, levando apenas ao encontro de ideias abstratas. Para tanto, valiam-se excessivamente do recurso à repetição. Entretanto, diz Faria de Vasconcelos (2010, p. 117):

A formação dum hábito depende da focalização da atenção: quanto maior atenção for prestada a um exercício, tanto mais curto será o processo de habituação, tanto mais rápida a aprendizagem. A atenção intervém para: 1) selecionar os movimentos úteis e eliminar os inúteis; 2) organizar e sistematizar os úteis; 3) intensificar os fatores de interesse; não se adquire o hábito senão daquilo a que se presta verdadeira atenção. É necessário despertar e manter o sentimento de confiança na eficácia e no resultado do esforço na aprendizagem. A repetição, a prática é condição essencial para a formação do hábito. A repetição, como repetição, é ineficaz. O hábito forma-se graças à repetição de atos eficazes, isto é, de atos que deixem atrás de si disposições e facilidades para a sua reprodução.

Isso significava que o tempo do exercício deveria ser subordinado à idade. Além disso, teria de haver elementos que possibilitassem aferir o grau de atenção e de interesse. Por fim,

[...] a repetição espaçada é superior à repetição contínua, isto é, são mais eficazes as repetições que se distribuem por um período mais longo, compreendendo intervalos de repouso mais consideráveis do que aquelas que se efetuam num tempo relativamente curto (Vasconcelos, 2010, p. 117).

A educação tradicional se organizava pela compreensão de um aluno, tomado como universal, o qual seria multiplicado por todos os integrantes de uma sala de aula. No entanto, esse aluno idealizado não existiria em nenhum lugar. O que existe são os alunos,

[...] que diferem consideravelmente entre si sob o ponto de vista do seu desenvolvimento mental, das suas tendências, capacidades, funções e processos mentais. Daí a necessidade de os observar e selecionar para individualizar a educação e obter um rendimento eficaz (Vasconcelos, 2010, p. 121).

Pensar os programas também seria uma tarefa compreendida nessa revisão de toda a cultura escolar tradicional. Os programas deveriam contar com um núcleo comum obrigatório e um conjunto de atividades de escolha dos próprios alunos. Isso proporcionaria levar em conta o nível pedagógico e mental dos estudantes, suas aptidões diferenciadas. Tal perspectiva deslocava também a noção de avaliação. Os exames, tais como eram organizados na época, apenas serviam

para selecionar os alunos. Aliás, serviam também para controlar os conhecimentos adquiridos, verificar o que o aluno conseguiu assimilar. No entanto, haveria capacidades importantes que escapavam por completo à ação dos exames. Daí o autor prescrevia o exame psicológico, voltado para determinar o nível de inteligência do aluno e suas aptidões particulares. Para tanto, esses testes deveriam empregar as escalas de inteligência. Faria de Vasconcelos (2010, p. 128) diferencia por completo as duas formas de se avaliar:

A organização escolar que corresponde à forma de seleção pelo exame tem por característica a rigidez, a inflexibilidade dos seus quadros e métodos, a composição heterogênea das classes e das turmas, a uniformidade nos programas e na distribuição dos alunos e o automatismo nas promoções. A adoção de processos de seleção psicológica trouxe modificações consideráveis na organização escolar, nos métodos e nos programas de educação e ensino. A seleção por nível mental determinou a classificação dos alunos num certo número de categorias, conforme o seu grau de inteligência, em normais, atrasados e subnormais, reservando-se, para cada um deles, classes ou escolas especiais, onde lhes é ministrada uma instrução determinada, mais ou menos extensa e completa segundo o seu nível mental.

Tal seleção por aptidões, que repartia os alunos por níveis de inteligência, também impactava a organização das classes. As classes agora seriam agrupamentos de estudantes classificados mediante a idade que possuem, mas também segundo suas reais capacidades, de maneira que, em cada matéria, o aluno deveria corresponder aos conhecimentos e às aptidões de seu grupo-classe. Assim, em um mesmo ano letivo, o aluno poderia pertencer a mais de uma classe, dependendo das matérias. Por exemplo, um aluno “fraco” em matemática, mas “forte” em português, poderia estar no 4º ano de português e no 3º ano de matemática. A progressão do grau de adiantamento do sujeito se daria, pois, à luz de seu próprio repertório de conhecimentos acumulados. Isso representaria, no limite, a perfeita adaptação do programa ao nível intelectual do aluno, às suas aptidões e àquilo que ele efetivamente sabe. Seria o que o autor qualifica de classes móveis.

O que parece curioso no discurso de Faria de Vasconcelos é que ele recupera muitos dos valores e dos princípios da escola tradicional, sem mencionar esse tributo, apresentando como inovadoras ideias e perspectivas antigas e já clássicas. É o que acontece, por exemplo, quando ele fala em recapitulações. A técnica da recapitulação da matéria tem por finalidade a consolidação do aprendizado, a retificação de conceitos mal apreendidos, bem como a elaboração de sínteses pedagógicas.

Faria de Vasconcelos enfatizava que as coisas antigas podem não ser importantes por si mesmas; mas as novas também não são: “as antigas aborrecem, as novas não têm significação, de modo que, para fixar a atenção, importa que o que é antigo apareça no que é novo, o antigo tomando uma direção ligeiramente nova” (Vasconcelos, 2010, p. 179). É a recapitulação, portanto, que cria entre os conhecimentos um elo, solidificando e ampliando aquilo que se conhece; firmando, por assim dizer, centros de interesses. As recapitulações, como parte integrante da aula, deveriam ser minuciosamente preparadas, para suscitar a reflexão – de análise e de síntese – dos alunos.

Detestáveis professores são aqueles que não realizam as recapitulações quando devem, deixam passar o tempo e com ele esvaír-se as noções que se aprenderam. Não menos detestáveis são aqueles que à toa passam dum dia para outro sem a prevenção nem a preparação devida às recapitulações a fazer, abandonando os alunos à sua inexperiência e à sua improvisação caprichosa. Os alunos carecem de indicações sobre a maneira de condensar, de prender a um todo ordenado as observações, experiências e estudos que fizeram. Só depois podem e devem executar por si esse trabalho de documentação, de classificação e de síntese. Cada um deles, referindo-se às suas notas, cadernos e documentos, descobrirá com verdadeiro prazer os traços, a pista e a recordação dos seus trabalhos pessoais. Trabalhará com mais interesse porque dará corpo e alma a ideias e fatos já conhecidos e cuja aquisição é o resultado do seu esforço (Vasconcelos, 2010, p. 178).

Nota-se claramente que os escritos pedagógicos de Faria de Vasconcelos têm por meta se contrapor frontalmente ao verbalismo, à passividade, ao uso do livro único. Defendia o autor um método de ensino que favorecesse o espírito da pesquisa, a consulta e a documentação pessoal. Tal como se organizavam os métodos de que se valia a escola de então, afastava-se a juventude do amor pela leitura. A leitura como obrigação gerava o horror ao livro: “as crianças e os adolescentes saem da escola sem o amor à leitura e sem saber utilizá-la na vida” (Vasconcelos, 2010, p. 195).

Na *Revista Escolar*, em 1925, Faria de Vasconcelos defende o sistema de *self-government*. Contra a crítica que recebia – segundo a qual, por esse modelo, o professor perderia sua autoridade, além do fato de isso não produzir o resultado esperado, dado que os alunos não saberiam se valer da liberdade que ganhavam –, o educador argumenta que a disciplina melhora com o *self-government*. A perspectiva por ele defendida é a de que o professor ampliaria sua autoridade: “o papel do professor alarga-se, este intervém de um modo mais ativo, mais elevado, como um verdadeiro educador, pois que tem de esclarecer os alunos, guiá-los, comunicar-lhes o seu entusiasmo e o seu ideal” (Vasconcelos, 2009, p. 364).

Vasconcelos crê que o aluno não gosta de ser obrigado a nada, mas gosta de ser guiado. O professor delegaria aos estudantes o poder do autogoverno, mas não se furtaria do seu lugar público: “sua vigilância não cessa, e a sua intervenção, quando se impõe, não deixa de realizar-se” (Vasconcelos, 2009, p. 364). Como todo o debate da Escola Nova, a tensão era colocada entre os argumentos que postulavam a autoridade como eixo da relação pedagógica e os que reivindicavam a liberdade do aprendiz como um princípio indelével da mesma relação. Faria de Vasconcelos (2009, p. 364) indaga e responde a essa inquietação:

Porventura o professor deixa de ser tal nos demais ramos porque o aluno realiza por si próprio as suas tarefas, procura documentos, investiga, faz experiências? O professor dirige os alunos com tato, entusiasmo, perseverança, habitua-os a ocuparem-se da res publica com toda a seriedade. A autoridade dos alunos ajunta-se à do professor, sem a substituir, pois quanto maior é a atividade dos alunos, tanto melhor é a obra do mestre.

A defesa intransigente da autonomia escolar, para o autor, não era antagônica à manutenção da autoridade do professor, dado que se defende aqui que o docente deva “vigiar, dirigir, guiar os seus alunos, orientá-los a serem homens e

cidadãos” (Vasconcelos, 2009, p. 364). Como método de disciplina, o *self-government* conjuga liberdade e responsabilidade – tanto no tocante ao professor quanto no que concerne ao ensino. O *self-government* teria, pois, como verdadeiro objeto a educação moral do aluno. Libertar o estudante da velha pedagogia compreenderia uma dimensão ética.

Nos termos do autor, “a escola deixa de ser uma prisão e o professor um polícia, um juiz. A liberdade, a confiança, a cordialidade fazem com que a influência do professor seja maior, os seus efeitos mais seguros e os seus resultados mais felizes” (Vasconcelos, 2009, p. 365). A aposta, portanto, era de que o *self-government* atuaria para aprimorar as relações dos professores e dos alunos, mediante uma colaboração amistosa e confiante, de modo que o papel da disciplina seria fundamentalmente moral. Daí pode-se depreender a dimensão ética das propostas educativas da Escola Nova.

A Escola Nova – e Faria de Vasconcelos é um representativo exemplar desse fato – possui uma clara acepção de escola justa e de ética na educação. Para os autores desse movimento, educar com liberdade, a partir de categorias como o *self-government*, constitui um imperativo moral, dado que há um aprendizado da vivência democrática que contribui para o bem comum e para a vida coletiva como um todo. Por ser assim, entendemos que seria oportuno compreender a escola projetada por Faria de Vasconcelos como um exercício de democracia, cuja finalidade é apontar em direção a uma vida social pautada por valores, como a justiça, a equidade e a igualdade. Há, portanto, uma diretriz de princípio que norteia a organização do método de ensino e do trabalho escolar. Essa diretriz de princípio mantém-se atual nos nossos dias, podendo ser recuperada nas práticas escolares de nosso tempo presente com a finalidade de engendrar uma escola harmoniosa, passível de se constituir como artefato de elaboração de uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais igualitária. Foi esse o intuito que norteou a escrita do presente artigo.

THE MORAL DIMENSION OF THE NEW SCHOOL: FARIA DE VASCONCELOS AND THE ETHICAL IMPLICATIONS OF SELF-GOVERNMENT

Abstract: This essay focuses on some pedagogical writings and António de Sena Faria de Vasconcelos (1880-1939), one of the main representatives of the Escola Nova in Portugal. The objective of the work is to understand what a fair school would be in Faria de Vasconcelos’ conception. The hypothesis that the research seeks to prove, through the analysis of the author’s works, is that the principle of self-government had, for Faria de Vasconcelos, a moral meaning, since it would develop, not only self-control, but, fundamentally, the autonomy of the subject’s will. Therefore, the defense of the active school corresponded, for this exponent of new education in Portugal, to obtaining the necessary requirements for the composition of the fair school.

Keywords: Self-government. New School. Faria de Vasconcelos. History of education. School culture.

REFERÊNCIAS

VASCONCELOS, F. de. *Obras completas (1925-1933)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009. (t. IV).

VASCONCELOS, F. de. *Obras completas (1933-1935)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010. (t. V).